



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

Estudo Técnico Preliminar Nº __/2025
ÁREA REQUISITANTE: SMELE

**1. DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
(INCISO I)**

Preliminarmente trata-se de sistema de registro de preço para os serviços de arbitragem, para a Secretaria Municipal, Esporte, Lazer e Eventos que por sua vez utilizará para as atividades típicas da Pasta, em especial, junto ao Departamento de Esporte.

O sistema de Pregão Eletrônico está pacificado em artigos da Lei 14.133/2021, e recomenda ainda que seja utilizada esta modalidade, vejamos:

Lei. 14.133/2021.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Art. 29. A concorrência e o **pregão** seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se **o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.**

O pregão eletrônico é uma modalidade utilizada em licitações que oferece vantagens tanto para os órgãos públicos quanto para os fornecedores. Alguns dos motivos para se adotar o pregão eletrônico em licitações incluem:

1. **Transparência:** O pregão eletrônico oferece maior transparência no processo de compras, uma vez que todas as informações dos produtos, preços e fornecedores são disponibilizadas de forma clara e acessível a todos os participantes.
2. **Eficiência:** O pregão eletrônico permite que o processo de compras seja realizado de forma mais rápida e eficiente, uma vez que elimina a necessidade de deslocamento físico dos participantes e agiliza a comunicação entre compradores e fornecedores.
3. **Redução de custos:** Por ser realizado de forma eletrônica, o pregão eletrônico elimina a necessidade de impressão de documentos, deslocamento físico e outras despesas relacionadas a processos de compras tradicionais, o que contribui para a redução de custos.
4. **Maior competitividade:** Ao permitir a participação de um maior número de fornecedores de diferentes regiões, o pregão



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

eletrônico aumenta a competitividade entre os participantes, o que pode resultar em preços mais baixos e melhores condições de pagamento.

5. Monitoramento e controle: O pregão eletrônico oferece recursos para o monitoramento e controle do processo de compras, permitindo que gestores acompanhem em tempo real as propostas recebidas, o que facilita a tomada de decisões estratégicas.

Da mesma forma, superando a parte da escolha do procedimento adotado, podemos ponderar sobre a prática esportiva em sentido amplo e em sentido restrito, conforme organogramas da SMELE.

A prática esportiva desempenha um papel crucial no desenvolvimento e na manutenção da saúde física, mental e emocional das pessoas.

A prática esportiva, portanto, vai além da mera atividade física, influenciando positivamente diversos aspectos da vida das pessoas e contribuindo para a construção de uma sociedade mais saudável e equilibrada.

Ainda sob a ótica da Constituição Federal, a atividade física é fundamento e garantia primordial, vejamos:

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, estabelece diretrizes fundamentais para a organização do Estado e a garantia de direitos aos cidadãos. No que diz respeito à atividade física, a Constituição aborda questões relacionadas à saúde, ao lazer e à educação física. Alguns pontos relevantes incluem:

1. Desporto:

- O desporto é abordado na Constituição, principalmente no artigo 217. Esse artigo trata da promoção do desporto como fator de desenvolvimento humano e social, estabelecendo que o Poder Público incentivará o lazer, a prática esportiva e o acesso às diferentes manifestações desportivas.

2. Acessibilidade:

- A Constituição, em seu artigo 227, trata dos direitos da criança e do adolescente. Esse artigo estabelece que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de garantir à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e à cultura.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

É importante destacar que esses são apenas alguns pontos da Constituição Federal que tangenciam a atividade física. As leis e normas infraconstitucionais, bem como políticas públicas específicas, são fundamentais para detalhar e implementar efetivamente as diretrizes constitucionais relacionadas à atividade física, saúde, educação física e desporto no Brasil.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (INCISO II)

Pretende-se, primeiramente, como já esclarecido no item anterior, do pregão eletrônico para serviços de arbitragem, e do ponto de vista do alinhamento entre a contratação e planejamento a SMELE destaca a previsão de atividades esportivas que demandam este serviço.

Dentre as atividades que serão desenvolvidas na SMELE podemos destacar os campeonatos de futebol de campo nas categorias: Veteranos, Master, Séries A e B, Categoria de Base, campeonato feminino. Ainda, os Jogos de Verão, que enquadram diversos esportes como futsal, basquete, vôlei, beach tênis, handebol, street ball; por fim, podemos destacar também os circuitos de rústicas, que envolvem 6 categorias de acordo com a idade do participante.

A previsão pretendida está prevista, desde o ano de 2016, na LEI Nº 6.177/2024 que “Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento do Poder Executivo Municipal de São Borja-RS, nos dispositivos que detalharemos a seguir:

Lei nº 6.177/2024 Art.123. Compete à Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Eventos, promover ações visando aplicar políticas de desenvolvimento do esporte e eventos no Município; (...) criar e manter políticas de desenvolvimento, voltados à prática e aprimoramento das atividades esportivas e de lazer no Município; (...) elaborar e executar campeonatos municipais; (...) promover atos no sentido de desenvolver o esporte e lazer no Município; (...) a promoção e incentivo à prática de esportes, como forma de lazer e saúde; planejar, coordenar, executar, implantar e implementar, planos, programas e projetos inerentes às áreas do desporto no município; criar e manter políticas de desenvolvimento, voltados à prática e aprimoramento das atividades esportivas no município, promoção, participação ou representação em atividades desportivas;

A fim de diminuir dúvidas, segue o link de acesso à Lei 5.203/2016

<https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-borja/lei-ordinaria/2024/617/6177/lei-ordinaria-n-6177-2024-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacao-e-funcionamento->



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

do-poder-executivo-municipal-de-sao-borja-rs-revoga-as-leis-n-s-5203-16-5-256-17-e-5-925-22-e-da-outras-providencias

Ainda, algumas das atividades estão previstas na Lei, Nº 4.749/2013 que “Dispõe sobre a aprovação do Calendário Oficial de Eventos permanente do Município e dá outras providências”, nos dispositivos que detalharemos a seguir:

Lei 4.749/2013.

Artigo 1º - MARÇO - Campeonato Municipal de Base e Veteranos;

Artigo 3º Fica desde já autorizado o Poder Executivo a custear as despesas necessárias para a realização dos eventos definidos por esta Lei, dentro das dotações devidamente previstas na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer - SMCTEL - e Gabinete do Prefeito - GAP - responsáveis pelos eventos e convênios de repasse de recursos para entidades participantes”

A fim de diminuir dúvidas, segue o link de acesso à Lei <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/s/sao-borja/lei-ordinaria/2013/474/4749/lei-ordinaria-n-4749-2013-dispoe-sobre-a-aprovacao-do-calendario>

Antes do fim, dentro dos programas orçamentários, projeto/atividades da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer podemos referir os seguintes:

- a) Programa de Iniciação Esportiva;
- b) Manutenção e implantação de unidades esportivas;
- c) promoção ao desporto e lazer;
- d) promoção de eventos esportivos;
- e) jogos de primavera.

Acreditamos que com as informações acima ficam superados os quesitos acerca do alinhamento entre a contratação e o planejamento.

Por fim, vigora no município a licitação de troféus e medalhas, que foi criada justamente para premiar os atletas que competirão nos eventos esportivos do Ente no ano de 2024.

Um processo de arbitragem denota organização em um evento esportivo, uma vez que trata-se de profissional que julgar o bom andamento de cada modalidade esportiva, uma partida esportiva vale-se da figura do árbitro para que os eventos aconteçam dentro de um regulamento.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DO OBJETO (INCISO III)

O pregão eletrônico para registro de preço de serviços de arbitragem tem natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (INCISO IV)

Primeiramente, enunciaremos os itens de que se precisará pautar no pregão, para a seguir relacionar os orçamentos encontrados nos sistemas governamentais:

Item	Quantidade	Uni.	Descrição / Especificação
01	120	Jogo	Serviço de arbitragem de FUTEBOL DE CAMPO categoria Livre – 02 tempos de 45 minutos.
02	120	Jogo	Serviços de arbitragem de FUTEBOL DE CAMPO categoria Veteranos/Master – 02 tempos de 40 minutos.
03	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL adulto masculino – 02 tempos de 20 minutos.
04	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL Categoria de Base – 02 tempos de 20 minutos.
05	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de VÔLEI DE AREIA – 03 sets de 21 pontos.
06	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de BASQUETEBOL – 04 tempos de 08 minutos.
07	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de HANDEBOL – 02 tempos de 20 minutos.
08	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de VOLEIBOL – 05 sets de 25 pontos.
09	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 20 minutos.
10	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 15 minutos. Sub 13 / Sub 15 / Sub 17.
11	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 10 minutos. Sub 07 / Sub 09 / Sub 11.
12	10	Turno	Serviços de arbitragem/cronometragem/controle de CORRIDAS/RÚSTICAS. (Turno)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

13	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 20 minutos FEMININO.
14	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL adulto feminino 02 tempos de 20 minutos FEMININO.
15	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL sub 20, sub 17, sub 15 Masculino – 02 tempos de 15 minutos.
16	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL sub 07, sub 09, sub 11, sub 13 Masculino – 02 tempos de 10 minutos.

Para a realização de cada modalidade é necessário que o serviço de arbitragem seja composto por uma equipe de:

Serviço de arbitragem de FUTEBOL DE CAMPO por partida.	Um árbitro principal, dois assistentes (bandeirinhas), um mensário. *A contratada deverá contar com placas com números para substituição de atletas, assim como rádios comunicador para serem usados nas partidas de semifinal e final dos campeonatos.
Serviço de arbitragem de FUTSAL por partida.	Dois árbitros, um anotador e um cronometrista.
Serviço de arbitragem de VÔLEI DE AREIA por partida.	Dois árbitros e um anotador.
Serviço de arbitragem de BASQUETEBOL por partida.	Dois árbitros, um anotador e um cronometrista.
Serviço de arbitragem de HANDEBOL por partida.	Dois árbitros, um anotador e um cronometrista.
Serviço de arbitragem de VOLEIBOL por partida.	Dois árbitros e DOIS anotadores.
Serviço de arbitragem de FUTEBOL SETE/SOCIETY por partida.	Dois árbitros e um mensário.
Serviço de arbitragem de CORRIDA/RÚSTICA	10 árbitros por evento *A contratada deverá disponibilizar sistema de cronometragem

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL (INCISO V E VI)

a) Solução 1

a.1) Viabilidade de mercado: Deverá ter valor de mercado condizente ou abaixo dos demais serviços relacionados neste Estudo Técnico Preliminar.

a.2) Viabilidade econômica: O método de pesquisa utilizado foi o descrito na lei 14.133/2021.

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, **adotados de forma combinada ou não:**

...

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

...

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Desta forma, foi processada a ampla pesquisa de mercado, atualizada, em conformidade com o que regulamenta o artigo 82 da Lei 14.133/21

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

§5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

I – realização prévia de ampla pesquisa de mercado:

Para se auferir o valor praticado no mercado, a Secretaria Municipal de Eventos, Lazer e Esportes buscou junto a empresas locais os orçamentos de forma direta, como forma viável de se chegar ao preço médio, conforme inciso IV, do artigo 23 da Lei de Licitações; entretanto, após o recebimento dos orçamentos, a Pasta alterou alguns objetos, retirando itens que não foram cotados pelas empresas, desta forma foi utilizada a pesquisa no banco de preços municipais, para obtenção do preço médio, conforme inciso IV, do artigo 23 da Lei de Licitações, por fim as modalidades de pesquisa de preços foram utilizadas de forma combinada, conforme observa o §1º do mesmo artigo.

Conforme a metodologia de pesquisa de preços utilizada, pode-se chegar ao preço médio dos itens, conforme a tabela abaixo.

Por fim, juntado ao processo está as planilhas de composição de custos para cada item, onde deverá seguir o panorama e observados os lances.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

Item	Quantidade	Unid.	Descrição / Especificação	Valor Unitário	Valor Total
01	120	Jogo	Serviço de arbitragem de FUTEBOL DE CAMPO categoria Livre – 02 tempos de 45 minutos. (Preço adquiredo no Licitacom)	R\$ 571,54	R\$ 68.584,80
02	120	Jogo	Serviços de arbitragem de FUTEBOL DE CAMPO categoria Veteranos/Master – 02 tempos de 40 minutos. (Preço adquiredo Por orçamento local)	R\$ 648,33	R\$ 77.799,60
03	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL adulto masculino – 02 tempos de 20 minutos. (Preço adquiredo Por orçamento local)	R\$ 398,33	R\$ 39.833,00
04	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL Categoria de Base – 02 tempos de 20 minutos. (Preço adquiredo Por orçamento local)	R\$ 348,33	R\$ 34.833,00
05	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de VÔLEI DE AREIA – 03 sets de 21 pontos. (Preço adquiredo Por orçamento local)	R\$ 315,00	R\$ 31.500,00
06	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de BASQUETEBOL – 04 tempos de 08 minutos. (Preço adquiredo Por orçamento local)	R\$ 321,66	R\$ 32.166,00
07	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de HANDEBOL – 02 tempos de 20 minutos. (Preço adquiredo Por orçamento local)	R\$ 358,33	R\$ 17.916,50
08	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de VOLEIBOL – 05 sets de 25 pontos. (Preço adquiredo Por orçamento local)	R\$ 368,33	R\$ 36.833,00
09	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 20 minutos. (Preço adquiredo Por orçamento local)	R\$ 375,00	R\$ 37.500,00
10	100	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 15 minutos. Sub 13 / Sub 15 / Sub 17. (Preço adquiredo Por orçamento local)	R\$ 326,66	R\$ 32.666,00
11	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 10 minutos. Sub 07 / Sub 09 / Sub 11. (Preço adquiredo Por orçamento local)	R\$ 315,00	R\$ 15.750,00
12	10	Turno	Serviços de arbitragem/cronometragem/controle de CORRIDAS/RÚSTICAS. (Turno) (Preço adquiredo Por orçamento local)	R\$ 3.133,33	R\$ 31.333,30
13	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTEBOL SETE/SOCIETY – 02 tempos de 20 minutos FEMININO.	R\$ 357,20	R\$ 17.860,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

			(Preço adquiredo no Licitacom)		
14	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL adulto feminino 02 tempos de 20 minutos FEMININO. (Preço adquiredo no Licitacom)	R\$ 280,25	R\$ 14.012,50
15	50	Jogo	Serviços de arbitragem de jogos de FUTSAL sub 20, sub 17, sub 15 Masculino – 02 tempos de 15 minutos. (Preço adquiredo no Licitacom)	R\$ 197,27	R\$ 9863.50
16	50	Jogo	Serviço de arbitragem de jogos de futsal sub07, sub09, sub11, sub 13 masculino – 02 tempos de 10 minutos (Preço adquiredo no Licitacom)	R\$ 216,44	R\$ 10.822,00
Valor Total				R\$ 509.273,20	

a.3) Viabilidade operacional:

Acerca da viabilidade operacional, há de se considerar que a forma operacional do processo se dará pelo próprio processo de pregão eletrônico, que quando finalizado proporcionará a entrega do serviço que será utilizado em eventos já planejados na Secretaria de Esporte, Lazer e Eventos com programas projeto/atividades já mencionado neste estudo técnico preliminar.

6. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ELEITA DE ACORDO COM A VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL. (INCISO VII E XIII)

O Pregão Eletrônico relacionado neste Estudo Técnico Preliminar serviço de arbitragens para atividades esportivas da SMELE se baseia tanto em termos técnicos (já mencionados nas leis nos itens anteriores) como econômicos, e os valores abaixo ou semelhantes em comparação com outros serviços na mesma temática na região fazendo com que esta seja uma escolha vantajosa para o ente, com valor obtido em empresas com o mesmo objeto. A avaliação feita na opção Pregão Eletrônico demonstra que a modalidade proporcionará que preço esteja em conformidade com os praticados em processos semelhantes de objetos da mesma natureza, conforme §4º do Artigo 23 da Lei 14.133/2021, tendo o preço vantajoso para que se execute no corrente ano. Assim, o processo mostra-se viável por meio do Registro de Preços.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (INCISO VIII)

Não se observa a necessidade de parcelamento do objeto, uma vez que todas as atividades, mesmo que divididas em 15 itens, são unificadas numa única finalidade que é a arbitragem, o parcelamento ou fracionamento da proposta minimizará falhas e, tendo apenas uma empresa que faça a gestão da arbitragem, fatos extraordinários poderão ser mitigados com melhor agilidade.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

O menor preço global será adotado, uma vez que se pode gerar a economia de escala, pois os mesmos serviços serão prestados pela mesma empresa, e com duas ou mais empresas vencedoras do certame, uma para cada item, haverá uma menor organização para com cada modalidade esportiva, uma vez que se emana de mesma Secretaria Municipal.

Na mesma ótica, adjudicação por item, caso uma das empresas falhar na entrega do serviço, toda uma modalidade esportiva praticada sob a gestão da Pasta será prejudicada.

No objeto a ser licitado, observa-se uma interdependência técnica e operacional entre as atividades, só para exemplificar, caso a licitação seja por item, os procedimentos serão em duplicidade, como a comunicação, pois serão duas empresas tratando do mesmo serviço, isso na parte operacional, pois ocasionaria também duplicidade contratual, tempo dobrado para contato com empresas para processos burocráticos como os contratuais, dentre outros.

A execução fragmentada, por meio de adjudicação por item, comprometeria a padronização dos procedimentos, resultando em dificuldades de coordenação e de fiscalização, além de conflito de responsabilidade entre diferentes fornecedores.

O grupo por lote possibilita a integração das atividades, maior eficiência na execução e redução de custos operacionais e administrativos, ganhos em escala, que refletem em economia, inclusive de tempo, para a administração, também favorece a uniformidade na qualidade dos serviços prestados e otimiza a gestão contratual.

Destaca-se, ainda, que o edital estabelece critérios de aceitabilidade de preços unitários máximos, garantindo transparência, economicidade e conformidade com os princípios estabelecidos na legislação vigente.

O pagamento será efetuado em valor pactuado no resultado do processo de pregão eletrônico, efetuado em etapas, referente aos itens necessários ao Ente descritos neste Estudo Técnico Preliminar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (INCISO IX)

Pretende-se, com o presente processo de registro de preços, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

A contratação decorrente do presente processo de exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO (INCISO X)

A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (INCISO XI)

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (INCISO XII)

Não se observou impactos ambientais advindo desse processo.

12. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas ao longo do ETP, declaramos a viabilidade da solução aqui proposta.

Realizadas as tarefas pertinentes ao ETP, encaminho o documento solicitando ciência e aprovação para posterior elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico.

São Borja/RS, 07 de fevereiro de 2025

Álvaro Roque de Carvalho Luiz
Agente Administrativo

PAULO MOACIR POERSCHKE
Secretário Municipal de Esporte,
Lazer e Eventos

() Defiro

() Indefiro

Prefeito de São Borja/RS